Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

ATOS GOLPISTAS

Moraes derruba delação de Cid, e relato aponta participação ativa de Bolsonaro na trama. Militar diz que ex-presidente era aconselhado por diversos grupos a levar a cabo o ato extremista e que Braga Netto cogitou usar recursos do PL para financiar sequestro do ministro

Conspiração e dinheiro para atacar democracia

» LUANA PATRIOLINO
» FERNANDA STRICKLAND

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência da República, revelou, em sua delação premiada, que o ex-presidente Jair Bolsonaro era aconselhado, por diversos grupos, para a ruptura democrática após a derrota nas eleições de 2022. Segundo o militar, essas pessoas eram divididas em três grupos distintos, que visitavam o então chefe do Executivo sempre no Palácio da Alvorada. O sigilo da delação foi derrubado, ontem, pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), um dia após a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentar denúncia contra Bolsonaro e aliados por tentativa de golpe de Estado.

Em diversas partes dos depoimentos, Cid reiterou que Bolsonaro tinha ciência e participação ativa em todos os desdobramentos do plano golpista, inclusive na ideia de sequestrar e assassinar autoridades, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice Geraldo Alckmin e o ministro Moraes.

"Tinha um grupo bem conservador, de linha bem política; que aconselhava o presidente a mandar o povo para casa e colocar-se como um grande líder da oposição; que diziam que o povo só queria um direcionamento; que para onde o presidente mandasse, o povo iria; que o grupo era formado pelo senador Flávio Bolsonaro, o AGU Bruno Bianco, Ciro Nogueira (então ministro da Casa Civil) e o brigadeiro Batista Junior (então comandante da Aeronáutica)".

Cid relatou que havia outro grupo formado por pessoas moderadas, que, apesar de não concordar com o resultado das eleições presidenciais de 2022, entendiam que nada poderia ser feito diante da derrota.

Essa ala era subdividida, com o primeiro grupo composto por generais da ativa que tinham mais contato com Bolsonaro, como Freire Gomes, Júlio César Arruda, Paulo Sérgio e Estevam Theofilo. De acordo com a delação, "esse grupo temia que o grupo radical trouxesse um assessoramento e levasse o presidente Jair Bolsonaro a assinar uma 'doideira'", pois os radicais estavam tentando convencer o ex-presidente a concretizar o golpe.

Segundo o ex-ajudante de ordens, havia um outro grupo de moderados que entendia que o ex-presidente deveria sair do país. Disse que ele próprio sugeriu a ida de Bolsonaro para os Estados Unidos no fim de 2022. A ex-primeira-dama Michele Bolsonaro é citada como parte do grupo mais extremo. Segundo a delação, ela instigava, "de uma forma ostensiva", o então presidente Jair Bolsonaro a dar um golpe de Estado após as eleições de 2022.

Entre os participantes dessa ala, também estavam o ex-ministro Onyx Lorenzoni, o senador Jorge Seif, o ex-ministro Gilson Machado, o senador Magno Malta, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e o general Mario Fernandes. Cid afirmou que o militar "atuava de forma ostensiva, tentando convencer os demais integrantes das forças a executarem um golpe de Estado", contou.

Financiamento

Também conforme o tenente-coronel, o general Braga Netto teria cogitado financiar, com recursos do PL, um plano para sequestrar Moraes. O ex-ajudante de ordens teria procurado o ex-ministro da Defesa em busca de apoio financeiro para a trama e recebeu como resposta a recomendação de buscar verbas da legenda do ex-presidente.

"O colaborador procurou o general Braga Netto informando dessa solicitação e recebeu como resposta a indicação de que procurasse o PL para obter o dinheiro necessário para a operação", diz o documento.

O orçamento incluía gastos com hotel, transporte e passagens aéreas. Inicialmente, o ex-braço direito de Bolsonaro estimou um valor de R$ 100 mil. Quando procurou um representante do PL — cuja identidade ele afirmou não se recordar —, foi informado de que o partido não poderia financiar o movimento.

O ex-ministro da Defesa, então, teria buscado financiamento junto a empresários do agronegócio. "O general Braga Netto entregou e comentou que era alguém do agro que tinha dado. Mas eu não sei o nome de quem foi", apontou Cid. O dinheiro arrecadado teria sido entregue ao coronel Rafael de Oliveira em uma sacola de vinhos.

Alan dos Santos/PR

A delação premiada de Mauro Cid deu subsídios para a investigação que resultou na denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro

Os crimes

Caso a acusação seja julgada procedente para condenar Bolsonaro, as seguintes penas podem ser aplicadas pela prática dos respectivos crimes:

- » Organização criminosa armada – de 3 a 8 anos de reclusão e multa
- » Tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito — de 4 a 8 anos de reclusão
- » Golpe de Estado — de 4 a 12 anos de reclusão
- » Dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União — de 6 meses a 3 anos de detenção.
- » Entre os cinco crimes imputados a Bolsonaro, dois deles são baseados em lei sancionada pelo então presidente em setembro de 2021. A Lei 14.197/21 revogou a Lei de Segurança Nacional e definiu crimes contra o Estado Democrático de Direito:
- » **1º Abolição violenta do Estado Democrático de Direito**: que é a tentativa de suprimir o regime democrático por meio de violência ou grave ameaça
- » **2º Golpe de Estado:** tentativa de destruir um governo legitimamente constituído por meio de violência ou grave ameaça

• Fonte: Beatriz Alaia Colin, especialista em direito penal

Intimação

Bolsonaro foi intimado ontem à tarde, na sede do PL, em Brasília, sobre a denúncia da PGR. Ele terá 15 dias para responder, conforme prevê a Lei 8.038/1990, que regula o trâmite de processos penais no STF. Mais cedo, o ex-presidente havia se manifestado sobre o caso, por meio das redes sociais.

Ele criticou a acusação e afirmou que "o mundo está atento ao que se passa no Brasil". "O truque de acusar líderes da oposição democrática de tramar golpes não é algo novo", frisou. Ele também citou a Venezuela, a Nicarágua, Cuba e Bolívia e afirmou que existe uma "cartilha conhecida" para perseguir opositores. "Fabricam acusações vagas, se dizem preocupados com a democracia ou com a soberania, e perseguem opositores, silenciam vozes dissidentes e concentram poder", declarou.

Fora da denúncia

Outros personagens importantes na trama golpista não foram denunciadas pela PGR nesta semana. No relatório da Polícia Federal, 40 nomes foram citados, como o presidente do PL, Valdemar Costa Neto; o ex-assessor de Bolsonaro Tércio Arnaud Tomaz, considerado um dos pilares do chamado "gabinete do ódio"; e o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF), investigado por tumultuar o segundo turno de 2022.

Também não foi denunciado o padre José Eduardo de Oliveira e Silva, da diocese de Osasco, que ocupou um espaço exótico no documento da PF. O religioso compartilhou, por meio de mensagens de WhatsApp, uma espécie de "oração do golpe". O texto interceptado pelos agentes indicava que ele citava os nomes dos militares que Bolsonaro tentava convencer a dar um golpe de Estado e impedir a posse de Lula.

Mais 12 nomes inseridos no relatório da PF não foram denunciados pela Procuradoria, como Marília Ferreira de Alencar, ex-subsecretária de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Joias: US$ 86 mil para Bolsonaro

Na delação premiada, o tenente-coronel Mauro Cid disse à Polícia Federal que entregou US$ 86 mil em espécie, de forma parcelada, para o ex-presidente Jair Bolsonaro após a venda de relógios de luxo e dos kits de joias que pertenciam à União.

A suposta apropriação indevida de bens do país é alvo de uma investigação da PF. O inquérito apura se Bolsonaro e ex-assessores tentaram trazer ilegalmente presentes dados ao país. A corporação aponta que os itens teriam ido diretamente para o acervo pessoal do ex-chefe do Executivo.

Conforme o depoimento, os valores foram apurados após a venda de relógios das marcas Rolex e Patek Philippe para a loja Precision Watches, da Filadélfia (Estados Unidos) — no valor total de US$ 68 mil. Outros US$ 18 mil, apurados com a venda de um kit de joias Chopard a uma loja localizada em Miami.

De acordo com a investigação, as joias eram avaliadas por especialistas em leilões. Depois, Cid recebia o pagamento. Por fim, o dinheiro era encaminhado em espécie para Bolsonaro. Pelo caso, foram indiciadas 12 pessoas.

A apuração mostra que Bolsonaro tinha planos para uma parcela do dinheiro das vendas. Ele pretendia usar os valores para pagar a condenação judicial em litígio à deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), além de saldar as multas das infrações de trânsito causadas pelas motociatas.

Cid contou que o ex-chefe do Executivo se queixava financeiramente e havia solicitado o levantamento dos valores dos presentes da União para vendê-los.

"Jair Bolsonaro estava reclamando dos pagamentos de condenação judicial em litígio com a deputada federal Maria do Rosário e gastos com as mudanças e transporte do acervo que deveria arcar, além de multas de trânsito por não usar o capacete nas motociatas", disse o ex-ajudante de ordens. Afirmou, ainda, que fez pesquisas sobre valores e melhores lugares para venda dos itens de luxo.

Ele também disse ter recebido ordens do ex-presidente para inserir dados falsos de vacinação contra a covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde no nome dele (Jair Bolsonaro) e da filha, Laura. O militar confirmou que os certificados foram impressos e entregues em mãos ao ex-chefe do Planalto. (**LP e FS**)

Moraes vira alvo em ação de empresa de Trump

Gustavo Moreno/STF

Empresa ligada ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, entrou, ontem, com um processo na Justiça contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A ação também tem como signatária a plataforma de vídeos Rumble. A ação acusa o magistrado de censura a políticos de direita. As informações foram publicadas pelos jornais The New York Times *e* Folha de S.Paulo. *O processo foi protocolado em um tribunal federal, em Tampa, cidade americana no Estado da Flórida. Na reportagem, o* NYT citou que a investida jurídica é um "esforço surpreendente de Trump" para ajudar o ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado pela Procuradoria-Geral da República de tentativa de golpe de Estado.